

Leituras acerca do espaço agrário brasileiro contemporâneo



COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas – questão agrária e reforma agrária*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

Leandro Vieira Cavalcante

✉ leandro.cavalcante@hotmail.com

Refletir acerca do espaço agrário brasileiro contemporâneo é uma atividade deveras desafiadora, sobretudo diante do cenário político e econômico que o país atravessa desde o processo de redemocratização e, em especial nos últimos anos, em meio ao golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016. Estamos envoltos em um cenário que permite ao mesmo tempo observar significativos avanços e retrocessos no campo, marcados por uma agenda política que visa, acima de tudo, fortalecer a territorialização do capital e a expansão do agronegócio no país, mas que possibilita também, e contraditoriamente, o fortalecimento dos movimentos sociais e da recriação camponesa.

Discutir esse desafiador cenário do campo brasileiro contemporâneo é o que fazem com maestria os autores dos doze capítulos do livro organizado por Fabiano Coelho e Rodrigo Simão Camacho, em uma perspectiva essencialmente “crítica, problematizadora e propositiva”, oferecendo importantes leituras acerca dos desafios que nos são impostos pelo modelo hegemônico de desenvolvimento do capital no campo, fortalecido conjuntamente pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, e continuado mais feroz e descaradamente

por Michel Temer. São projetos políticos que têm em seu âmago a intenção de dotar o território brasileiro dos atributos necessários à territorialização do grande capital no campo, a partir de instrumentos criados unicamente para esse fim.

A perspectiva apresentada pelos doze autores dos ensaios inseridos no livro é, antes de mais nada, política. É pelo viés político que são abordados os temas acerca da questão agrária brasileira contemporânea, fornecendo um importante balanço crítico sobre a conjuntura agrária do país. Talvez seja essa uma das maiores contribuições dos autores e dessa importante obra: apresentar um balanço crítico acerca da relação entre a política e a questão agrária no Brasil, com foco nos governos de FHC, Lula e Dilma. A partir da leitura dos capítulos que compõem a obra, fica patente essa preocupação dos autores em evidenciar a economia política do território a partir da compreensão da atual conjuntura da nossa questão agrária.

Todos os doze capítulos do livro dialogam entre si, embora apresentando distintas leituras acerca dos temas propostos. São recorrentes, ao longo de todos os capítulos, as temáticas relacionadas à recriação camponesa, aos conflitos territoriais e às lutas de classe no campo, à territorialização do agronegócio, às lutas dos movimentos sociais pela/na terra, à reforma agrária e às políticas públicas direcionadas ao campo. O eixo norteador dessas temáticas é justamente a questão agrária, discutida a partir de uma perspectiva interdisciplinar e preocupada em apreender o papel político na inviabilização da reforma agrária popular e no agravamento dos conflitos e lutas de classe no campo, mormente a partir da expansão do agronegócio.

Um panorama da questão agrária brasileira na contemporaneidade nos é apresentado inicialmente pelo economista Guilherme Delgado, que reflete acerca do aporte teórico necessário para análise e entendimento da questão agrária a partir de temas como estrutura agrária, reforma agrária e propriedade, posse e uso da terra. O autor discorre sobre a “nova” questão agrária brasileira, mediante o atual caráter jurídico dado à propriedade da terra e o momento econômico-político do país, preconizado pela expansão do agronegócio, que colaboram para uma mudança da conjuntura agrária brasileira, agora controlada pelo mercado de terras. Com isso, segundo Delgado, o cerne da nova questão agrária nacional estaria na mercadorização da terra a partir do pacto político do agronegócio estabelecido entre proprietários de terra, cadeias agroindustriais e Estado. Dessa forma, o autor enfatiza que a reforma agrária somente acontecerá de fato no país mediante uma desmercadorização da terra.

Dando continuidade a esse debate, a socióloga Leonilde Medeiros discute os impasses da luta pela terra e das possibilidades da reforma agrária especialmente

nos governos FHC e Lula, que, segundo a autora, inviabilizaram o projeto nacional de reforma agrária a partir do controle exercido pelo mercado nesse processo. Se, por um lado, no governo FHC ampliou-se o aparato legal para viabilizar a reforma agrária, por outro lado notou-se uma intensificação da chamada reforma agrária de mercado, tendo o Banco Mundial como o principal mediador da política agrária implementada no país. Por sua vez, no governo Lula, diante da forte adesão e compromisso com os interesses do agronegócio, e apesar dos significativos avanços dos direitos sociais e territoriais dos povos do campo, as medidas efetivadas ficaram longe de cumprir as metas estabelecidas para a reforma agrária, muito em função da pressão política e econômica exercida com vias a dificultar a realização da reforma agrária que fora anteriormente prometida pelo ex-presidente aos movimentos sociais do campo.

O geógrafo Bernardo Mançano aprofunda essa questão da reforma agrária analisando os governos FHC e Lula, estendendo-se também para o governo Dilma. O autor se questiona especialmente a respeito da reforma agrária que não foi realizada, sobretudo no governo Dilma, que apresentou o pior resultado do número de assentamentos criados nos últimos vinte anos, mas que mesmo assim contou com o declarado apoio do MST e da CONTAG durante o processo de consumação do golpe que a derrubou. Mançano afirma ainda que a luta pela reforma agrária na contemporaneidade não deve ser pautada apenas contra o latifúndio, mas contra o agronegócio que progressivamente atua no sentido de destruir o campesinato. É ressaltado também a disputa política e as correlações de forças, lutas e negociações que promovem a reforma agrária no Brasil, determinada fundamentalmente por essas correlações antagônicas de forças que dominam a política nacional, formadas por movimentos socioterritoriais, governos, latifúndios e agronegócio.

Refletindo sobre a visibilidade e o silenciamento do problema agrário brasileiro nos governos FHC e Lula, a jornalista e socióloga Débora Lerrer demonstra como a questão agrária vem sendo historicamente ocultada pelas forças políticas e pelo debate público. A autora critica especialmente o forte aparato dado por Lula ao agronegócio, afirmando que o governo FHC ameaçou muito mais o monopólio fundiário no Brasil do que o próprio governo do ex-dirigente sindical, que apesar de contar com um aberto apoio dos movimentos sociais do campo, a exemplo do MST, ficou longe de efetivar uma política de reforma agrária realmente consistente no país. Para ela, faltou ao PT – e aos ex-presidentes Lula e Dilma – reconhecer a importância do problema agrário brasileiro como o principal nó das questões sociais e políticas de nossa sociedade. Apesar disso, são ressaltados os avanços para a agricultura camponesa e as políticas públicas direcionadas aos povos do campo durante os governos petistas, a exemplo do incentivo à educação

em áreas de assentamento rural, como demonstrado pelo geógrafo Rodrigo Camacho, que reafirma, no último capítulo da obra, o papel da educação do campo enquanto oposição e resistência ao modelo do agronegócio e enquanto instrumento de emancipação social dos camponeses.

Dando continuidade a esse debate, é em torno das noções de “governamentalidade” e “agrogolpe” que o historiador Clifford Welch discorre sobre o cenário político e econômico que culminou no golpe de 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma. Para o autor, os quatro últimos governos (FHC, Lula, Dilma e Temer) responderam, cada um à sua maneira, às diversas circunstâncias históricas para avançar na agenda neoliberal alinhada com as demandas do capital para o campo, mais precisamente do agronegócio, e tudo em nome da tal governamentalidade. No que se refere ao problema agrário, enquanto FHC usou a reforma agrária (de mercado) para conter a intensa mobilização camponesa durante seu mandato; Lula usou sua longa aliança com os movimentos sociais para pacificar a militância camponesa, sem, no entanto, cumprir as metas estabelecidas para a criação de novos assentamentos; Dilma, por sua vez, muito mais alinhada com os interesses do agronegócio, foi a que menos avançou na reforma agrária. Segundo Welch, esse cenário nos ajuda a explicar, em partes, o agrogolpe arquitetado para tirar Dilma do cargo de presidente, fortemente articulado pela Bancada Ruralista e defendido pelos empresários do agronegócio, culminando na tomada do poder pelo governo golpista e ilegítimo de Temer, resultando em significativos e agressivos retrocessos para os povos do campo e para a questão agrária.

A geógrafa Eliane Tomiasi, no capítulo seguinte, se volta para análise do “império do latifúndio na gestão fundiária” no Brasil, discutindo os desdobramentos territoriais do sistema de governança da terra no país, fornecendo uma análise desse processo especificamente voltada para o estado do Paraná, discorrendo sobre grilagem de terras, monopolização fundiária, fraudes nos registros de propriedades rurais, papel e desafios do Incra na gestão das terras, lutas por terra e território etc. Por sua vez, o também geógrafo Tiago Cubas debate, em outro capítulo, o panorama da questão agrária brasileira na era da globalização neoliberal, tecendo críticas ao projeto hegemônico de agronegócio no Brasil, sustentado pelo latifúndio e fortemente financiado pela classe política e pelos quatro últimos presidentes do país, em detrimento dos investimentos voltados para a agricultura familiar camponesa, que continuou à margem do projeto de desenvolvimento rural privilegiado para a nação.

Um balanço da reforma agrária realizada nos governos FHC e Lula é apresentado pelo historiador Fabiano Coelho e pelo geógrafo Estevan Coca, que

relatam, em seus respectivos capítulos, o perfil das políticas agrárias de ambos os governos e a efetivação do assentamento rural das famílias camponesas. Esclarecem que apesar dos avanços na criação de assentamentos rurais, a reforma agrária não foi entendida como prioridade e como fundamental para o desenvolvimento nacional, diferentemente da concepção acerca do agronegócio. Dessa forma, em ambos os governos, não foi realizada uma ampla reforma agrária capaz de desconcentrar a estrutura fundiária e remodelar as relações de poder no campo, tendo FHC privilegiado a “reforma agrária de mercado” e Lula se contentado com sua “contrarreforma agrária”. Os autores entendem ainda que a reforma agrária continua sendo um desafio, que vai muito além da mera redistribuição de terras, até mesmo porque a concentração fundiária e a multiplicação dos latifúndios foi/é uma realidade que continua, contando inclusive com uma forte proteção do próprio Estado.

Por fim, os geógrafos Sedeval Nardoque e Rosemeire Aparecida discorrem acerca da expansão do capital e os desafios para a reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul, diante de sucessivas ações voltadas para fomentar a reprodução do capitalismo rentista no campo, fruto de alianças entre latifundiários e o Estado. Os autores reafirmam a crítica às ações neoliberais dos governos FHC, Lula e Dilma favoráveis à expansão geográfica do capital, por meio da territorialização do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto no estado, a partir da manutenção da acumulação e da permanência do latifúndio, em detrimento da demarcação de terras indígenas e da realização efetiva da reforma agrária. Esse processo engendra disputas territoriais a partir de lógicas distintas de uso da terra, prejudicando a reprodução camponesa, por um lado, mas abrindo possibilidades de resistência, por outro lado, desafiando as corporações do agronegócio e a expansão do capital.

A partir do exposto ao longo desses doze capítulos, pode-se observar que a leitura da obra apresentada é necessária e obrigatória para todos aqueles que se preocupam com o futuro do nosso país, com a resistência dos camponeses e dos movimentos sociais do campo, com a necessidade urgente da efetivação de uma reforma agrária popular e com os impactos advindos com a expansão e territorialização do agronegócio. Os autores esclarecem, entre outras coisas, o desafiador cenário da reforma agrária no Brasil, diante da correlação e disputa entre as forças antagônicas que definem os rumos da política agrária do país. Evidenciam ainda a força do golpe de 2016 na desestabilização do campesinato e na territorialização do agronegócio, enquanto um projeto político neoliberal concatenado com as “forças do atraso”, como se refere José de Souza Martins, voltado para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo.

Trata-se, pois, de um livro essencial que nos ajuda a refletir sobre a economia política do território e da questão agrária, e que nos aponta alguns caminhos a serem percorridos, sobretudo na busca de uma política que esteja, efetivamente, vinculada com os anseios dos povos do campo e com a construção de um projeto agrário nacional a serviço do pleno desenvolvimento do país. Com isso, a partir da leitura da obra, fica evidente acima de tudo a necessidade de resistir e lutar pela retomada de direitos que nos foram usurpados com o golpe de 2016 e garantir que a reforma agrária popular seja encarada como um projeto político e social nacional e distinto do modelo pretensamente hegemônico do agronegócio. Reitera-se, assim, que as possibilidades de efetivação de uma revolução agrária no país nunca se mostraram tão favoráveis como atualmente.

* * *

Sobre o autor da resenha

Leandro Vieira Cavalcante: é doutorando, mestre e graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestre em Géographie des Pays Emergents et em Développement pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (PARIS 1). Atua principalmente nos temas: territorialização do capital no campo, questão agrária, uso corporativo do território, conflitos territoriais, expansão e impactos do agronegócio, reestruturação produtiva da agricultura e circuitos espaciais de produção.

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>